

editorial

editorial

entrevista

interview

ágora

agora

tapete

carpet

artigo nomads

nomads paper

projetos

projects

expediente

credits

próxima vírus

next vírus

# V!20

revista V!RUS  
V!RUS journal

issn 2175-974x

ano 2020 year

semestre 01 semester

Julho 2020 July



## PROJETO ARQUITETÔNICO AUTORITÁRIO VS. DIALÓGICO: UM ENSAIO AUTHORITARIAN VS. DIALOGIC ARCHITECTURAL DESIGN: AN ESSAY

BRUNO EUPHRASIO DE MELLO

**Bruno Euphrasio de Mello** é arquiteto e urbanista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional, e professor do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estuda o trabalho do arquiteto e urbanista, o ensino de arquitetura, urbanismo e planejamento urbano e regional, e integra o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão "Cidade em Projeto", da mesma instituição. [brunocesaremello@gmail.com](mailto:brunocesaremello@gmail.com)

MELLO, B. C. E. Projeto arquitetônico autoritário vs. dialógico: um ensaio. **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=5&item=109&lang=pt>. Acesso em: dd/mm/aaaa

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE MARÇO DE 2020

### Resumo

O artigo discute a relação entre o projeto arquitetônico e o canteiro de obras à luz da dualidade autoritarismo versus dialogicidade. Propõe o debate a partir de experiência da extensão universitária e não de pesquisas ou do ensino em ateliê. Reconhece, com isso, que a extensão é oportunidade de problematizar os métodos e pressupostos já estabelecidos na relação projeto-canteiro, objeto mais central desta reflexão, mas também o próprio fazer universitário e o exercício profissional. O texto está organizado da seguinte forma: primeiro, define o que é projeto arquitetônico buscando delimitar-lhe o sentido, apoiando-se, principalmente, em Silva (1998); depois, discute a concepção de projeto autoritário a partir de Freire (1987, 2018) e Ferro (2006), e recupera de crítica marxiana (MARX, [1932] 2010) ao estranhamento; logo após, aborda o projeto dialógico a partir das concepções de práxis e dialogicidade em Freire (1987, 2018) e de contra-desenho (ou desenho pronto a se retirar) em Ferro (2006); por fim, buscando articular esta reflexão ao relato de uma ação concreta, relaciona alguns desses temas ao projeto de extensão "Práticas Urbanas Emergentes".

**Palavras-chave:** Projeto arquitetônico, Autoritarismo, Dialogicidade, Paulo Freire, Extensão universitária

### 1 Introdução

A questão é como dialogar, como propor o diálogo entre o saber popular e o chamado conhecimento científico-acadêmico (FREIRE, 2018, p. 251).

O Brasil experimenta, hoje, um período difícil. O atual presidente da República aproxima-se do autoritarismo quando ataca verbalmente a imprensa, a sociedade civil, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário. Suas

referências defendem o terraplanismo e atacam o conhecimento científico-universitário. O ministro da Educação dirige ofensas veementes ao pensamento de Paulo Freire, corroborando, por exemplo, a tramitação do Projeto de Lei 1930/19<sup>1</sup>, o qual pretendia revogar a lei que declarou o educador pernambucano patrono da educação brasileira. A conjuntura impõe a necessidade de contrapor a dialogicidade freireana a esse autoritarismo, em todos os âmbitos sociais. De maneira ensaística, este artigo pretende discutir a relação entre o projeto arquitetônico<sup>2</sup> (seus métodos e pressupostos) e o canteiro de obras, à luz desta dualidade. Não o faz a partir da pesquisa ou do ensino em ateliê, mas da extensão universitária. Como processo que viabiliza uma “relação transformadora” (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO, 2012, p. 21), ela é a oportunidade de problematizar a relação projeto-canteiro, objeto mais central desta reflexão, mas também o próprio fazer universitário e o exercício profissional.

O que motivou este debate foi a experiência da atividade de extensão “Práticas Urbanas Emergentes (PUE)”, coordenada por professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS). Ela se apoiou em duas concepções freireanas (FREIRE, 1987, 2018): i) de práxis – aquela estreita relação que se deve estabelecer entre a interpretação da realidade e a prática decorrente desta compreensão, sempre em uma perspectiva crítica e transformadora; e ii) de dialogicidade – a proposta de construir novos saberes a partir do diálogo e da partilha entre mundos diferentes, mas que compartilham a esperança de ser mais. Incorporá-las ao cotidiano universitário e exercitá-las como parâmetro de atuação profissional possibilitou discutir os potenciais e os limites do projeto de Arquitetura e Urbanismo.

A experimentação de métodos participativos na elaboração de projetos arquitetônicos não é novidade<sup>3</sup>, sobretudo quando vinculada a propostas de renovação pedagógica ocorridas na virada dos séculos XX e XXI (MONTANER, 2016). Entretanto, como refere Ferro (2006), mesmo explorando processos de cooperação, o projeto arquitetônico continua sendo despótico no canteiro de obras, pois é ordem de serviço e instrumento que submete o operário. Um método de projeto arquitetônico dialógico, para além da participação no desenho, deve também alterar as relações de poder, controle e heteronomia na construção. Mas é possível fazer com que o projeto, no canteiro, seja diálogo e não ordem? É o que este trabalho coloca como questão.

O texto está organizado da seguinte forma: primeiro, define o que é projeto arquitetônico buscando delimitar-lhe o sentido, apoiando-se principalmente em Silva (1998); depois, discute a concepção de projeto autoritário a partir de Freire (1987, 2018) e Ferro (2006) e recupera a crítica marxiana (MARX, [1932] 2010) ao estranhamento; logo após, aborda o projeto dialógico com base nas concepções de práxis e dialogicidade em Freire (1987, 2018) e de contra-desenho (ou desenho pronto a se retirar) em Ferro (2006); por fim, buscando articular esta reflexão ao relato de uma ação concreta, relaciona alguns desses temas ao projeto de extensão “Práticas Urbanas Emergentes”.

É, ainda, necessário esclarecer que o termo ensaio a que se refere o título tem dois sentidos. O primeiro, de gênero discursivo-argumentativo, que não se pretende científico, já que o trabalho não realiza busca crítica, metódica e rigorosa de padrões nas ideias, na natureza ou na sociedade (BUNGE, 2012), mas porque discorre e defende um ponto de vista sobre a questão em pauta a partir de atividade de extensão universitária. O segundo sentido, de reconhecimento da ação extensionista como experimentação ou treinamento preliminar de um método alternativo, mais preocupado com o processo (o caminho) do que com o produto (o ponto de chegada).

## **2 Projeto**

O sentido etimológico da palavra projeto refere-se à ação de lançar para frente, o que corresponde ao seu significado corrente atual: a intenção de realizar algo no futuro (HOUAISS, 2009). Projeto arquitetônico, que é um tipo particular de projeto, pode ser preliminarmente definido como uma resposta hipotética a um problema cuja solução se satisfará com um edifício. No campo da Arquitetura e Urbanismo, o termo corresponde também a um produto específico: “conjunto de plantas, seções e elevações de acordo com as exigências dos poderes públicos e em condições de serem submetidas à aprovação dos mesmos” (CORONA, LEMOS, [1972] 1989, p. 389).

Como defende Silva (1998, p. 26), o projeto “não é uma etapa inevitável no processo de produção do edifício.”<sup>4</sup> Sua necessidade surge quando se torna necessário reduzir o inesperado e o desconhecido na construção, e quando aumentam a complexidade e o número de decisões que devem ser comunicadas à execução da obra (SILVA, 1998). O projeto é, como referido, meio. A obra construída é o fim, e não o projeto que a antecipa. Pode-se conceber que edifícios não resultem de projetos, como projetos que não resultem em edifícios. “Quando se constata que uma determinada edificação faz falta e se sabe, clara e exatamente, como deve ser esta edificação, não há, tecnicamente falando, um problema de projeto.” (SILVA, 1998, p. 36). É o caso das construções vernaculares, intimamente vinculadas à tradição. A necessidade do projeto surge do reconhecimento de que há alternativas possíveis e “da necessidade de visualização antecipada” de uma dessas alternativas (SILVA, 1998, p. 28). Tomando os verbetes dos dicionários e o debate proposto por Silva (1998), podemos esboçar dois critérios para definir projeto arquitetônico: i) é uma proposta de solução

a um problema que só pode ser resolvido construtivamente; ii) é uma prescrição precisa que antecipa e dirige a construção (de um edifício ou cidade).

O projeto está também no centro da formação e da identidade profissional do arquiteto e urbanista<sup>5</sup>. Acerca do ensino, Oliveira (1986, p. 79) afirma que o “ateliê é a unidade fundamental do ensino de arquitetura, e a sequência de disciplinas de projeto forma a ‘espinha dorsal’ que estrutura as atividades de todo o curso”. Já no que tange à atividade profissional, Silva (1998) menciona que a projetualidade se “vincula a aspectos essenciais da identidade profissional na arquitetura. Na sua feição contemporânea, o arquiteto é definido como o profissional que, como regra, atua no âmbito da elaboração do projeto das edificações” (SILVA, 1998, p. 28-29). Ele está tão intimamente relacionado à sua identidade profissional que o dicionário da Arquitetura Brasileira cita que o termo projetista é “empregado para designar o arquiteto” (CORONA, LEMOS, [1972] 1989, p. 389). Sendo assim, a

projetualidade, ou seja, a possibilidade de se conceber e resolver um tema arquitetônico previamente, num campo abstrato, em termos conceituais, independentes da manipulação da matéria, é a condição *sine qua non* para a existência da profissão do arquiteto. (SILVA, 1998, p. 29)

No imaginário social, o modelo de profissional exitoso corresponde ao do projetista individualizado e criativo, o que aproxima o arquiteto do artista. Como cita Silva (1998, p. 31), “a condição da artisticidade significa, então, a oportunidade, ou a exigência, de exploração das possibilidades expressivas da forma em associação com o próprio subjetivo do arquiteto de individualizar sua realização”. O projeto é, desta perspectiva, obra autoral, individualizada, expressão de uma subjetividade isolada. Entretanto, os atores envolvidos no processo edificatório – usuário, projetista, empreendedores, construtores – nem sempre têm necessidades e expectativas convergentes (SILVA, 1998, p. 26). Como mediá-las? Em geral, a liberdade de contribuição do construtor é “suprimida, em nome da integridade e da unidade de concepção” (SILVA, 1998, p. 26), dirigida (e monopolizada) pelo arquiteto.

Ainda para Silva, nas sociedades complexas, o projeto arquitetônico “assume o papel de uma coleção de prescrições e instruções, pressupondo, dos responsáveis pela execução, uma estrita observância das disposições projetuais” (SILVA, 1998, p. 26). Quanto mais exato e completo, tanto melhor ele transmitirá a ordem sobre como deve ser o produto acabado. Os elementos que o compõem são, portanto, um conjunto de prescrições técnicas – desenhos, textos, cálculos – que devem ser seguidas precisamente. E, sob essas condições, o projeto é mensagem unidirecional, que informa, de maneira precisa e incontestável, e que, por conseguinte, inviabiliza contestações e reformulações, caracterizando-se como “discurso despótico” (SILVA, 1998, p. 16). É essa característica que exploraremos, a seguir, a partir de Freire (1987, 2018) e Ferro (2006).

### **3 Projeto autoritário**

Freire (1987, 2018) diferencia autoridade e autoritarismo. A autoridade tem caráter positivo, pois desafia a busca da liberdade e cria as condições para a construção da autonomia responsável e comprometida. O autor a posiciona entre dois extremos: o autoritarismo e a licenciosidade (ou espontaneísmo). Por esta razão, um democrata, em sua pedagogia, “não pode acanhar a sua autoridade ou atrofiar a liberdade do educando” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 61). O autoritarismo, por sua vez, propõe diálogo vertical, impõe ao povo e aos oprimidos a passividade, o silêncio e a obediência, impossibilitando-os de qualquer reação ou criação (FREIRE, 1987). Representa uma presença “que inibe a busca inquieta do educando, a que nega a possibilidade da curiosidade” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 59). Define-se, assim, como o direito ou poder de ordenar, de se fazer obedecer e de pensar no lugar do outro. E o esforço da pedagogia freireana é o da passagem da consciência ingênua à crítica, ou seja, de fazer com que o oprimido rejeite o opressor hospedado em sua consciência, para que possa pronunciar o seu mundo, dizer a sua palavra (FREIRE, 1987).

Mesmo tomando por base o pensamento marxiano, e não o freireano, Ferro (2006) apresenta a noção de desenho (ou projeto arquitetônico) como ordem que exige obediência. Reconhece nele “parte indispensável da direção despótica” (FERRO, 2006, p. 107) do canteiro de obras. Preconiza, ainda, que “falar de desenho como o conhecemos é conotar simultaneamente dependência [ao capital] e despotismo [ao canteiro]” (FERRO, 2006, p. 107). O desenho pode ser bom, ruim, pós-moderno, mas sua constante única é “ser desenho para a produção” (FERRO, 2006, p. 109) e, como tal, decisão heterônoma. Projeto é comando, pois “no canteiro, os planos e memoriais (...), decodificados pelos mestres e comunicados como ordens de serviço, comandam o trabalho dividido” (FERRO, 2006, p. 108).

Necessário destacar que Ferro compreende o objeto arquitetônico como uma mercadoria (FERRO, 2006, p. 105), como qualquer outra resultante do modo de produção capitalista. Por isso, “o desenho de arquitetura é mediação insubstituível para a totalização da produção sob o capital” (FERRO, 2006, p. 107). Neste quadro, a linguagem hermética do projeto causa incompreensão e alheamento aos produtores do objeto arquitetônico,

pois “a maioria (...) não acompanha os porquês do que faz” (FERRO, 2006, p. 110). Quando a compreensão do todo escapa ao obreiro, o processo de produção do artefato lhe é estranhamento.

A propósito do tema, Marx ([1932] 2010) refere que “o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas (...) no ato da produção” (MARX, [1932] 2010, p. 82). Ao trabalhador, o produto do seu trabalho não lhe pertence; a energia posta a executá-lo emana de si, mas não lhe pertence; a decisão de como executá-lo não lhe pertence; o produto não é manifestação física e espiritual livre de si. Para ele, “sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste” (MARX, [1932] 2010, p. 83). O projeto autoritário é estranho ao trabalhador porque é o “instrumento de quem não espera a participação lúcida do operário – mesmo se o canteiro não a dispensa. Não espera, porque não quer e não pode – ou não servirá ao capital” (FERRO, 2006, p. 198). Por ser autoral, é também exteriorização da subjetividade isolada – e exclusiva – do arquiteto que o concebeu, sendo ainda mais estranho a quem o executa. Outro aspecto que o projeto autoritário institui é a hierarquia. A complexa cadeia da indústria da construção civil sujeita e controla, para eliminar os poros na produção, para impor produtividade, eficiência, rapidez, precisão. Representa o mecanismo capitalista para a exploração da mão de obra e a extração da mais-valia.

Além das particularidades já descritas, o projeto autoritário quer acabar com o rastro deixado pelo empregado da construção na obra. Como trabalho abstrato, deve desaparecer, pois, “mesmo diluído e atabalhado, o registro das mãos dos operários incomoda à periclitante paz do consumidor, cria problemas de consciência, levanta perguntas a respeito dos anônimos e repelidos autores do tesouro apropriado” (FERRO, 2006, p. 129). A construção deve ocultar defeitos, apagar as marcas dos gestos do operariado, evitar sua presença ativa, a exteriorização de sua vida na matéria. Quanto mais comandada, organizada e excelente a fabricação, mais desaparecerá a exteriorização da mão de obra no produto de seu trabalho, o que representará um produto excelente.

O trabalho no canteiro, tal qual descrito anteriormente, significa, assim, a desumanização do homem-ferramenta, uma vez que ele deve seguir estritamente as ordens do desenho e do capital. Como síntese, podemos indicar algumas características do que tentei delinear como o projeto autoritário: i) é aquele que pressupõe uma hierarquia, é vertical; ii) impõe passividade, silêncio e estrita observância às ordens; iii) não abre espaço à ação criadora da base hierárquica da produção; iv) é, por isso mesmo, estranhamento ao trabalhador do canteiro; v) impõe o desaparecimento do rastro do trabalhador em seu trabalho.

#### **4 Projeto dialógico**

A profissão de arquiteto se fez pela separação radical entre o pensar e o fazer, hierarquizando-os: pensar, atividade superior; fazer, atividade subalterna. Ou, como propõe Sérgio Ferro: “Por arquiteto, há que compreender o projetista completamente separado da produção” (2006, p. 171). O fim do projeto autoritário, como ordem, seria o fim da profissão do arquiteto? É possível um projeto dialógico? É necessário, para introduzir a questão, recuperar novamente algumas noções de Paulo Freire. A dialogicidade representa uma das categorias centrais de sua proposta pedagógica humanista-libertadora. Ela se opõe à “Educação Bancária”, que é vertical, que é domesticação, que, ao invés de comunicar, faz “comunicados” e “depósitos” aos educandos, que as devem memorizar, e que anula o poder criador do educando. Nela, os envolvidos assumem posições fixas e hierarquizadas: ela presume a existência de alguém que sabe e entrega a informação (o educador) e alguém que não sabe e que a recebe (o educando).

O diálogo, por sua vez, “é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo” (FREIRE, 1987, p. 78). É, por isso, ato de criação. Em Freire, o “diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos dizer o mundo segundo nosso modo de ver” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 130). É ele que implica “uma práxis social, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 130). O desafio que Paulo Freire propõe é “construirmos novos saberes a partir da situação dialógica que provoca a interação e a partilha de mundos diferentes, mas que comungam do sonho e da esperança de juntos construirmos nosso ser mais” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 131). O diálogo está intimamente ligado ao conceito de ação-reflexão, sintetizada na proposta de práxis.

Em sua concepção de práxis, Freire “assume a visão dos dialéticos modernos, superando a separação entre teoria e prática. Para ele, ambas estão estreitamente imbricadas.” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 332). A educação, nesta perspectiva, parte da leitura do contexto sócio-histórico em que homens e mulheres estão. Mas só pensar é insuficiente. Ele estimula o fazer, pois práxis é a “ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987, p. 67). As concepções de dialogicidade e práxis sugerem uma relação de igualdade e horizontalidade, em que o educador “não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar” (FREIRE, 1987, p. 27). Neste sentido, o mundo deve ser forjado com ele e não para ele, “de que resulta o crescente saber de ambos” (FREIRE, 1987, p. 27). A práxis simboliza, por isso, uma “tentativa de evitar a separação entre as mãos e o cérebro, o fazer e o saber, a linguagem e o mundo” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 27). Expressa um “impulso para superar o dualismo entre reflexão e ação, que na

sociedade capitalista toma a forma de antinomia capital-trabalho” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 27). No método freireano, corresponde a um “diálogo entre os sujeitos, que, juntos, vão elaborando o conhecimento e o mundo” (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, 2008, p. 27).

Ferro (2006) reconhece que o operário da construção civil carrega conhecimentos sobre o processo produtivo para desempenhar certas tarefas. Por isso, o diálogo também se faz necessário, haja visto que o “cálculo e a ciência dos materiais progrediram bastante, mas não conseguiram superar no canteiro a experiência milenar depositada no saber-fazer operário” (FERRO, 2006, p. 419-420). Baseado em sua crítica ao projeto despótico, procura o exercício de um canteiro alternativo. Denomina-o contra-desenho (ou desenho pronto a se retirar). Supõe que essa opção pode ser exercitada, ao menos inicialmente, em obras de pequena complexidade. Sua proposta representa um programa que “favoreça, num primeiro momento, a humildade, o desprendimento e a paciência do arquiteto, que não carregue, diluído em sua carne, os germes do autoritarismo” (FERRO, 2006, p. 429).

Dentre as orientações que seu contra-desenho deveria adotar, destaco: i) a intenção de reduzir a hegemonia do fim sobre o meio. Propõe, por isso, uma mediação operacional que dê atenção ao processo e não tanto ao fim; ii) o respeito pelo rastro que cada equipe de trabalho deixa na obra, que não é defeito, mas assinatura. Ele representaria a possibilidade de “aparência do produtor no produto, do trabalhador coletivo, a essência, na forma de sua obra” (FERRO, 2006, p. 430-431); iii) que a obra atinja um valor pedagógico ao ensinar como construir com autonomia. Ferro cogita que “só nos bolsões que os novos movimentos sociais (dos sem-terra e sem-teto) começam a abrir na rede do sistema podemos esperar que se esboce [alguma alternativa]” (FERRO, 2006, p. 428). A nova produção viria, assim, de iniciativas que emergem da relação entre o conhecimento técnico-científico e o do movimento popular organizado. Disposto a ir além da reflexão, Ferro exercita sua proposta e relata algumas impressões. Segundo ele:

Dos vários desenhos, só mostrei os mais gerais, que preguei nos muros do canteiro, deixando que se sujassem, sem cuidá-los zelosamente. E a cada começo de qualquer coisa, discutíamos como fazê-la ou o que havia que modificar. Eu guardava para mim a minha solução. Mas em muitos casos chegávamos em grupo a soluções mais interessantes. Pouco a pouco, através da elaboração coletiva, o projeto inicial foi sendo transformado. Meu desenho ‘geral’ ainda é reconhecível – mas o construído tem sua própria história (FERRO, 2006, p. 428).

Entretanto, reconhece também alguns limites da experiência, quando revela:

Vendida a força de trabalho, a aceitação das ordens recebidas não pode ser parcial. Mesmo quando eu chegava ao canteiro oferecendo participação, um pouco de liberdade e respeito, tratava-se objetivamente ainda de comando: eu prescrevia alguma autonomia – o que se tornava automaticamente heteronomia (FERRO, 2006, p. 426).

Enfim, mesmo não fazendo referência a Freire, age freireanamente: reúne reflexão e ação em uma perspectiva crítica e transformadora.

Por fim, como síntese, podemos indicar algumas características do que tentei delinear como projeto dialógico: i) é aquele que pressupõe igualdade, é horizontal; ii) oportuniza uma fala compartilhada; iii) abre espaço à ação criadora de todos; iv) acolhe a exteriorização consciente do trabalhador; v) possibilita o aparecimento do rastro do trabalhador em seu trabalho. Expor nossa práxis – ação na reflexão, reflexão na ação – é uma forma de articular os argumentos delineados anteriormente ao relato de uma ação concreta. Por isso, apresentaremos aspectos da ação de extensão PUE, da FA/UFRGS.

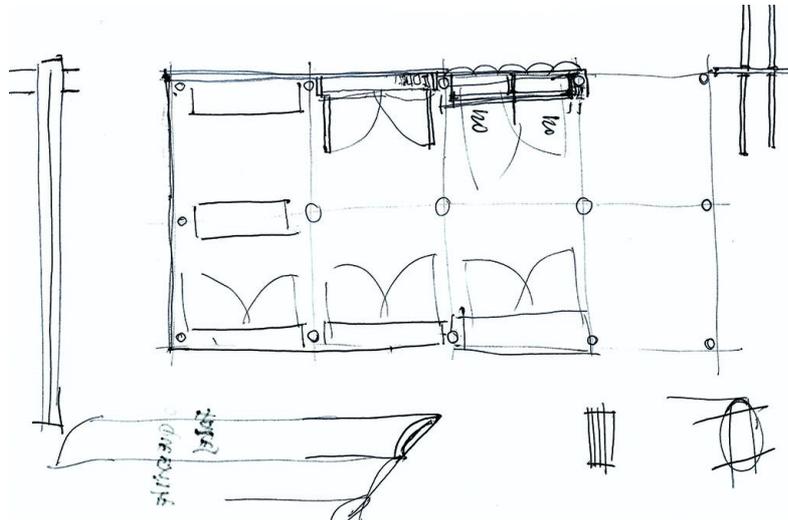
## **5 Ensaio extensionista**

Durante o ano de 2019, a atividade realizou ações junto à ocupação Povo Sem Medo, em Porto Alegre RS (PSM/POA), coordenada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST). A ocupação ocorreu em setembro de 2017, como gesto de denúncia à falta de moradia na zona norte da capital gaúcha. Buscava dar visibilidade, também, à disputa territorial entre a Fraport Brasil/Porto Alegre, subsidiária da *Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide* (empresa alemã que venceu a concessão para operar o Aeroporto Salgado Filho), e a Vila Nazaré, comunidade pobre cujas 1500 famílias estão sendo removidas para ampliação da pista de pousos e decolagens. Esse é um processo de remoção tardio, planejado desde a Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2014, mas que só agora está sendo concluído. A região onde estão a ocupação PSM/POA e a Vila Nazaré foi bastante valorizada com a perspectiva de ampliação do aeroporto. Ela tem recebido importantes obras, tais como extensão e duplicação de avenidas, implantação de infraestrutura urbana e construção de condomínios empresariais. Desse modo, ela se constituirá, nos próximos anos, em importante vetor de expansão urbana em um dos últimos estoques de terra disponíveis (Figura 1).



**Fig. 1:** Zona norte de Porto Alegre, com destaque a posição do Aeroporto Internacional Salgado Filho, Vila Nazaré e Ocupação Povo Sem Medo. Fonte: Autor, 2020.

Durante as vivências na ocupação PSM/POA e nas oficinas na universidade, foram levantadas propostas de trabalho. Deste diálogo, destacou-se a urgência de construção do galpão comunitário, edifício modesto, cujo programa de necessidades, construído coletivamente, ficou assim definido: uma cozinha, um salão de reuniões e aulas, dois depósitos e um alpendre. O anteprojeto arquitetônico, também discutido com os moradores da ocupação, resultou em um retângulo de 6 metros por 15 metros em planta baixa, estrutura e fechamentos de madeira, cobertura de telha de aço galvanizado, e contrapiso de concreto grosso. Uma construção pequena e simples (Figura 2), financiada por meio de doações.



**Fig. 2:** Desenho elaborado coletivamente para a construção do galpão comunitário. Fonte: Autor, 2019.

Seus executores foram a comunidade acadêmica da FA/UFRGS e os ocupantes da PSM/POA. Os mutirões de autoconstrução ocorreram sempre aos sábados, ao longo de cinco meses. Durante todo esse tempo, estudantes e ocupantes se fizeram operários. Puseram-se em movimento, física e mentalmente, para transformar um desenho em uma construção (Figuras 3, 4 e 5). Destacarei alguns aspectos desse exercício extensionista, vinculando-o ao debate acerca do projeto arquitetônico dialógico.



**Fig. 3:** Em primeiro plano, a maquete do galpão comunitário. Logo atrás, a estrutura do edifício em construção. Fonte: Autor, 2019.



**Fig. 4:** Comunidade acadêmica da FA/UFRGS e moradores da ocupação PSM/POA juntos, construindo o galpão comunitário: Fonte: Autor, 2019.



**Fig. 5:** Comunidade acadêmica da FA/UFRGS e moradores da ocupação PSM/POA juntos, construindo o galpão comunitário:  
Fonte: Autor, 2019.

Dois pressupostos importantes da extensão foram de que o edifício construído não seria uma mercadoria (interessava seu valor de uso, não o de troca) e sua produção abdicava da venda-compra de força de trabalho (pois pretendia colaboração na obra). Esses aspectos, por si só, já interferiam no processo e questionavam a lógica de produção capitalista. Outro aspecto importante foi a quebra da hierarquia no canteiro. O desenho sempre esteve presente, mas como convite ao diálogo e não como ordem. Por isso ele nunca esteve concluído, esteve sempre pronto a incorporar sugestões ou a se retirar. O labor em equipe fez com que a autoria do projeto arquitetônico se diluísse entre todos aqueles que debateram suas soluções. Essa foi também uma maneira de questionar a prática profissional convencional, hierarquizada e que atribui valor à obra autoral de arquitetos-estrela.

Essa horizontalidade gerou dificuldades, obviamente. Foi preciso capacidade de mediação de posições antagônicas em relação à construção. Cada pequena decisão em aberto demandava um intenso debate. Argumentos sobre aspectos positivos e negativos das hipóteses de solução eram postos em disputa e, ao final, a decisão era tomada em conjunto. Foi uma rica experiência de aprendizado, pois colocou conhecimentos em diálogo. Construir o barracão foi também a forma de os indivíduos se construírem como agentes políticos de transformação, que acreditam no trabalho em colaboração, que escutam, falam, tentam convencer, negociam. O processo de produção foi, enfim, ele mesmo, a crítica da técnica de dominação e controle da força produtiva no espaço de trabalho.

Resultado frequente dos mutirões eram as pequenas imperfeições na construção – peças fora de prumo, eixos levemente fora de esquadro, frestas, desníveis, vãos. Mas as imperfeições da obra subvertiam e desafiavam o projeto; representaram a humanização da obra, o esforço contra sua autoridade; denunciaram o alheamento e o estranhamento, fazendo com que a obra fosse o resultado não apenas das forças físicas parciais articuladas, mas também a exteriorização da subjetividade humana. Todos aqueles que participaram dos mutirões deixaram o seu rastro. Foi o modo de cada trabalhador – estudante ou morador da ocupação – dizer a sua palavra materialmente.

Outro aspecto importante foi o da temporalidade. O tempo da produção que tem como horizonte o lucro “não tolera nenhum movimento inútil” (FERRO, 2006, p. 121). Na ocupação, entretanto, houve muitos movimentos inúteis, muita perda de tempo, nenhuma repressão aos gestos. O tempo do trabalhador talvez perca em eficiência, porém ganha em humanidade, o que representa não apenas uma mudança de objetivo, mas também de processo. O trabalho de construção do galpão comunitário representou, ainda, a re-união de saber e pensar. A experiência demonstrou que todos os envolvidos na obra estiveram sempre antecipando-a em sua mente. Basta que haja espaço para que estas propostas emergjam. As alterações sugeridas ao desenho durante a execução do edifício foram a forma compartilhada de dizer e fazer o mundo; possibilitaram a exteriorização consciente; abrigaram a ação criadora; deram visibilidade à mão que produziu; acolheram mais horizontalidade nas decisões sobre as soluções. Isso resultou em menos ordem e mais diálogo entre a arquitetura científico-acadêmica e a popular.

O projeto arquitetônico dialógico, o contra-desenho, o desenho pronto a se retirar, deu atenção metodológica ao processo e não ao resultado. Questionou a prática profissional convencional. Diluiu a autoria da obra quando compartilhou as decisões com os diversos envolvidos. Foi luta pela humanização de todos envolvidos no labor edificatório. Significou, enfim, uma possibilidade de reforma na relação entre projeto e canteiro. Esse exercício crítico sobre novos métodos não foi algo que se pudesse depositar nos educandos. Isso foi, na

verdade, experimentado na prática, provocado pela extensão, o espaço acadêmico-universitário mais adequado para exercitar a práxis e a dialogicidade freireana no próprio percurso pedagógico.

Em 2019, ficou perceptível aos integrantes do PUE que o fazer extensionista é, em si, uma prática ético-política. Buscar compreender as arenas e os atores na disputa pelo território também foi uma constante nessa atividade. Como toda prática pedagógica é política, não adotamos uma posição de pretensa neutralidade, mas nos envolvemos nessa atividade, desde o início, tomando partido pela população pobre da ocupação PSM/POA. Como cita Freire, toda prática educativa corresponde a uma politicidade. Mas ela

não é uma invenção dos subversivos, como pensam os reacionários. Ao contrário, é a natureza mesma da prática educativa que conduz o educador a ser político. Como educador, eu não sou político porque quero, e sim porque minha condição de educador me impõe (FREIRE, 2018, p. 42).

Esta premissa subjazeu, conscientemente, em toda a atividade: o método que pusemos em movimento não era neutro. Sendo assim, o projeto arquitetônico tensionado pela práxis e dialogicidade freireana na ação de extensão se deu não **para** o compromisso com as lutas humanas por justiça social na cidade, mas **no** efetivo exercício deste compromisso.

## 6 Considerações finais

É necessário que estudantes e professores se reconheçam hospedeiros de certos métodos e pressupostos da profissão vinculados àquilo que a delimita: o projeto. Assim, se poderá colocar em crise não só a atividade projetual, mas também seu ensino. A pedagogia freireana e a reflexão ferreana provocam, nos tempos atuais, a necessidade de repensar formas de relação com as coisas e com as pessoas que manifestem, em sua raiz, uma crítica radical ao mundo em que vivemos. É preciso pôr em crise a arquitetura do monumental, do excesso, das marcas estelares, da submissão ao capital, da violação aos direitos do trabalhador, do Hi-Tech; e abrir espaço, nas escolas e no trabalho, para a arquitetura do ordinário, do comedimento, dos pés descalços, da cooperação, do ativismo social e da solidariedade, do trabalho decente, do *Low-Tech*, do *Hacer Mucho con Poco*<sup>6</sup>, enfim, o exercício de uma arquitetura venturosa – arriscada, mas necessária.

A extensão representa, para além da provocação de revisão nos métodos pedagógicos e da emersão de novos temas de pesquisa, a possibilidade de uma educação crítica, participativa e solidária (BETTO, 2018), que movimenta o conhecimento (e sua construção) à procura da justiça social na cidade. Propõe uma universidade que não se satisfaz apenas ao contemplar a realidade, distante. Força-a a interagir, se envolver, construir vínculos. Humaniza-a. Contudo, toda essa mudança libertadora, “que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca” (FREIRE, 1987, p. 34). Exercitar um projeto arquitetônico dialógico, contraposto ao autoritário na extensão universitária, foi nossa forma de perseguí-la.

## Agradecimentos

Agradeço aos professores Inês Martina Lersch e João Farias Rovati que comigo coordenaram o projeto de extensão ao longo de 2019. Agradeço também às acadêmicas do curso de Arquitetura e Urbanismo e bolsistas do projeto Bárbara Bundyra Finger, Hemilyn da Silva Machado e Carolina Ribeiro Araújo.

## Referencias

BETTO, F. **Por uma educação crítica e participativa**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2018.

BUNGE, M. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CORONA, E. LEMOS, C. A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Artshow Books, [1972] 1989.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS/FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e Educação Popular. (org) Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Terra e Paz, 2018.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, [1932] 2010.

MONTANER, J. M. **A condição contemporânea da arquitetura**. São Paulo: Gustavo Gili, 2016.

OLIVEIRA, R. de C. A formação do repertório para o projeto arquitetônico: algumas implicações didáticas. In: COMAS, C. E. D. (Org.). **Projeto arquitetônico disciplina em crise, disciplina em renovação**. São Paulo: Projeto, 1986.

RUDOFISKY, B. **Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture**. Nova York: Doubleday & Company Inc., 1964.

SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

---

**1** É possível encontrar notícia sobre o Projeto de Lei citado em: <https://www.camara.leg.br/noticias/558470-projeto-revoga-lei-que-declarou-paulo-freire-patrono-da-educacao/>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

**2** O debate proposto não se circunscreve apenas ao projeto arquitetônico, mas também ao urbanístico.

**3** Há importantes experiências brasileiras de participação popular na elaboração de projetos e planos urbanos. Podemos citar, como exemplos, trabalhos como o de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (décadas de 1960/70) e de Jorge Mario Jáuregui (décadas de 1990 e 2000). Complementarmente, experiências latino-americanas como a de Alejandro Aravena, no Chile, e, mais recentemente, escritórios brasileiros que trabalham com assessoria técnica em habitação de interesse social, como a paulista Peabiru e a gaúcha AH! Arquitetura Humana.

**4** Exemplar deste fato – a imprescindibilidade do projeto – é o clássico *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture* (RUDOFISKY, 1964).

**5** Daqui por diante, por uma questão de concisão textual, me referirei ao profissional arquiteto e urbanista apenas como arquiteto, sabendo que a titulação atualmente conferida pelo Conselho profissional (CAU/BR) é de arquiteto e urbanista.

**6** Referência ao filme *Hacer Mucho con Poco*, dirigido por Katerina Kliwadenko, Mario Novas, que apresenta experiências da arquitetura contemporânea equatoriana.